

**“SOPHIA, PRETA, MINA, TRINTA E TANTOS ANOS, ANDA ORDINARIAMENTE COM UM FILHO DE DOIS ANOS, DE NOME JOÃO”:  
MATERNIDADE, TRABALHO URBANO E ESCRAVIDÃO NO RIO DE JANEIRO (1850-1888)**

Lorena Féres da Silva Telles  
Universidade de São Paulo  
lorenasilvatelles@gmail.com

**RESUMO**

Em 1860, na cidade do Rio de Janeiro, Sophia, africana de nação Mina, lavadeira, fugia do domicílio senhorial levando consigo seu filho João, de 2 anos, que herdava a condição escrava de sua mãe. Assim como Sophia, crioulas e suas filhas e filhos povoaram as moradias senhoriais, as casas dos locatários e os anúncios de venda e aluguel na cidade do Rio de Janeiro ao longo da segunda metade do século XIX. Permanecem, porém, invisíveis as realidades vividas cotidianamente pelas mulheres escravizadas, sobre quem incidiu a dupla responsabilidade de trabalhadora escravizada e mãe de crianças que, até 1871, herdavam o status jurídico de suas mães. Dentre os grandes desafios vivenciados pelas mulheres africanas e descendentes no mundo urbano depois de seus partos encontramos as diversas demandas do trabalho doméstico e às práticas de amamentação e desmame intimamente relacionadas à sobrevivência de seus bebês. Apresentamos, neste trabalho, alguns desafios e condições nas quais as mulheres africanas e crioulas, suas mães e suas avós, aliaram as práticas de amamentação e cuidado de bebês e filhos pequenos ao desempenho de diferentes ocupações urbanas na cidade ao longo da segunda metade do século.

Palavras-chave: mulheres negras – maternidade – escravidão urbana

\*\*\*

O anúncio envolvendo a fuga de Sophia foi publicado no jornal diário *Correio Mercantil*, em 26 agosto de 1860. Aos 30 e tantos anos, Sophia, africana de nação Mina, era uma mulher iorubá provavelmente embarcada Costa da Mina, na atual Nigéria (SOARES; GOMES; FARIAS, 2005). Ela fugia levando consigo João, seu filho crioulo de 2 anos, que herdava da mãe a condição de escravizado. Os anúncios de fuga publicados na imprensa diária carioca ao longo do século XIX detalhavam o nome, a origem e as representações senhoriais sobre a aparência, os trejeitos, as roupas, os objetos levados pelas mulheres e homens escravizados com o objetivo de fornecer aos capitães de mato e pedestres o maior número possível de detalhes que pudessem servir para uma possível captura (ARAÚJO *et al.*, 2006).

Já os anúncios comerciais de venda e aluguel, encontramos mulheres e homens anônimos, objetificados pelos escravistas, reduzidos às suas aptidões e habilidades enquanto trabalhadores. Em 1870, um ano antes da promulgação da Lei do Ventre Livre, na cidade do Rio de Janeiro, uma mulher cativa, não sabemos se crioula ou africana, foi colocada ao aluguel junto a sua filha de 10 meses. Não sabemos o nome de sua filha, mas sabemos que ela era amamentada pela mãe: “*Aluga-se uma preta para ama de leite, tendo muito bom leite; seu aluguel é barato, por levar a filha, sendo o leite de 10 meses, tendo a filha de mamar só dois meses: a rua da Ajuda n.103*” (*Diário do Rio de Janeiro*, 19 de outubro de 1870).

Assim como esta mulher anônima e como Sophia, de nação Mina, africanas, crioulas e suas filhas e filhos povoaram as moradias senhoriais, as casas dos locatários e os anúncios de venda e aluguel na imprensa diária da cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX. Ao investir na temática das experiências da maternidade para mulheres escravizadas na cidade do Rio de Janeiro, no bojo das transformações cadenciadas pelo fim do tráfico de africanos- que transferia o futuro e a viabilidade da escravidão para o ventre das escravas - e pela política emancipacionista marcada pela lei do Ventre Livre, lançamos luz sobre uma problemática pouco aprofundada pela historiografia nacional,

qual seja a da importância das práticas e experiências da maternidade para mulheres escravizadas.

Mulheres africanas e suas descendentes crioulas engravidaram, viveram as gestações, suas gestações, os partos e a amamentação e práticas de cuidado de crianças cativas, ingênuas e livres nos ambientes domésticos escravistas, palco de relações perpassadas pela proximidade física, pelo paternalismo senhorial e por restrições à capacidade materna da própria escrava. Sobre Sophia e milhares de mulheres cativas no Brasil escravista incidiu a dupla responsabilidade de trabalhadora escravizada e mãe de crianças que, até 1871, foram escravizadas por seus donos. Estas mulheres viveram suas gestações, seus partos e as possibilidades de amamentar seus bebês num cotidiano tenso envolvendo demandas de trabalho e as relações de maior ou menor proximidade com seus senhores. Dentre os grandes desafios vivenciados pelas mulheres africanas e descendentes crioulas no mundo urbano, depois de seus partos, referiu-se às diversas demandas do trabalho doméstico, dentre eles o de ama de leite, e às práticas de amamentação e desmame, que estiveram intimamente relacionadas à sobrevivência de seus bebês (TELLES, 2018). Discutiremos, neste trabalho, a partir de uma análise qualitativa de anúncios de jornais, alguns apontamentos sobre as condições nas quais as mulheres africanas e crioulas aliaram as práticas de amamentação e cuidado de bebês e filhos pequenos ao desempenho de diferentes ocupações urbanas na cidade ao longo da segunda metade do século XIX.

Assim, refletir acerca da vida cotidiana das mulheres escravizadas no Rio de Janeiro durante o século XIX requer considerar a maternidade enquanto dimensão central tanto das experiências destas mulheres quanto do processo de mudanças das relações escravistas e de seu desmonte. O período situado entre 1830 e 1888 encerrou um amplo processo de transformações no tocante às relações escravistas, abrangendo a primeira restrição formal ao tráfico africano em 1831, seguida pelo auge dos desembarques ilegais no Sudeste até o fim definitivo do tráfico em 1850. A segunda metade do século XIX foi marcada por transformações relativas ao declínio gradual da escravidão urbana depois do fechamento dos portos africanos, com a concentração da posse de cativos e a diminuição da população escrava da cidade pela venda para as fazendas de grande lavoura de café do Sudeste (SOARES, 2007).

As vivências das gestações, dos partos e das possibilidades de amamentação e convívio com seus bebês e crianças estiveram conectadas com o mercado e as rotinas de trabalho urbano que recaíram sobre as mulheres cativas. Também, as políticas senhoriais de maior ou menor interesse na sobrevida de suas filhas e filhos, em diferentes conjunturas, impactaram os destinos e as estratégias mobilizadas por elas com relação à amamentação e às práticas de cuidado de suas filhas e filhos. Assim, considerar o cotidiano de africanas e descendentes crioulas, mulheres jovens que foram mães sob a escravidão urbana nos anos de suas vidas em que seu valor e o de seu trabalho atingiam os preços mais altos no mercado, implica refletirmos sobre as relações entre gênero e o mundo do trabalho urbano.

O pequeno comércio de rua e as atividades domésticas destinadas à subsistência das camadas proprietárias e locatárias de seus serviços - como lavagem, engomado e costura das roupas, limpeza da casa, despejo de lixo, provimento de água, artesanato doméstico, compra e processamento de alimentos, amamentação e cuidado dos bebês e crianças brancas – destacaram-se como o principal modo de participação das mulheres escravizadas no trabalho urbano (SOUZA, 2009; GRAHAM, 1992). Em 1850, o tráfico com a África era encerrado definitivamente. A partir de então, a continuidade do regime escravista passou a depender da sobrevivência das crianças das escravizadas até a promulgação da Lei do Ventre em 1871, que conservou os interesses senhoriais sobre as mães escravizadas e sobre a força de trabalho de suas filhas e filhos, chamados de ingênuos. A lei de 1871 garantiu o direito de tutela dos senhores sobre as crianças ingênuas até os oito anos, quando eles poderiam, então, optar pelo aproveitamento de seus serviços obrigatórios até os 21 anos ou serem indenizados pelo Estado e encaminharem as crianças a instituições do Estado, o que foi raramente praticado (COWLING, 2013; ABREU, 1996; SANTOS, 2016). Com respeito aos direitos e ao reconhecimento dos vínculos familiares, até 1869 nenhuma lei interferiu nos interesses senhoriais em separar mães, crianças e outros parentes mediante a venda (CONRAD, 1975).

Durante a segunda metade do século XIX, a abolição do tráfico africano provocou a enorme elevação dos preços, o que levou muitos escravistas à decisão de comercializar suas cativas e cativos para as fazendas cafeeiras. O aumento demográfico da população de livres conjugado ao processo de encarecimento e diminuição do número de cativos

provocou a concentração da posse de mulheres escravizadas entre os médios proprietários e os mais abastados, e o recrudescimento das práticas de aluguel (SOARES, 2007). Entre 1850 e 1871, quando o futuro da escravidão passou a depender da sobrevivência das filhas e filhos das mulheres cativas, um novo contexto foi marcado pela rápida diminuição do número de escravizadas, sobretudo africanas, e de proprietários na cidade. Assim, mulheres negras, em sua maioria crioulas, foram coagidas a participar do que se tornou um cruel mercado de aluguel de mulheres nutrizas como amas de leite, mães de seus próprios bebês, e também para demais serviços domésticos, atividade que chegou até as portas da abolição em 1888 (CARNEIRO, 2006; MARTINS, 2006; TELLES, 2018). Este mercado envolveu senhores, que lucraram com os altos alugueis depois de 1860, e os locatários que não possuíam escravizadas e alugavam os serviços das cativas, mas também de mulheres libertas e livres empobrecidas, muitas delas imigrantes portuguesas e açoreanas (SOUZA, 2009).

A alta dependência dos senhores na escravidão urbana sobre os alugueis, os ganhos de rua de quitadeiras e lavadeiras e os serviços domésticos prestados pelas mulheres escravizadas - numa cidade desprovida de redes de esgoto, água encanada e refrigeração de alimentos- modelaram as dificuldades enfrentadas e as estratégias por elas mobilizadas com relação à amamentação e às práticas de cuidado de seus bebês e crianças pequenas. Desde o desenvolvimento da imprensa em meados do século XIX, os jornais diários tornaram-se o principal meio para as transações comerciais diretas entre proprietários e locatários. Uma leitura atenta dos anúncios envolvendo mulheres nutrizas e seus bebês, quando eram oferecidas para a prestação de serviços domésticos e como amas de leite, permite que possamos nos aproximar das práticas de amamentação e desmame de seus filhos. A partir dos anúncios, podemos imaginar os desafios e adversidades por elas enfrentados diante das pressões e demandas de trabalho de seus senhores e locatários.

Em 1850, no Diário do Rio de Janeiro, foram colocados à venda uma mulher e seu filho, que ela até então amamentava: “*uma preta muito sadia, que tem bom leite, e um lindo crioulo que se pode desmamar*” (*Diário do Rio de Janeiro*, 21 de fevereiro de 1850). O anúncio indica expressamente que o aleitamento do menino poderia interromper-se a depender dos interesses dos novos escravizadores. Já em 1854, uma mulher, não sabemos

se africana ou crioula, amamentava sua filha de um ano e meio: “*Aluga-se uma boa preta ama-de-leite, com uma filha de 18 meses, por 12\$ por mês; no Rocio Pequeno n. 6.*” (*Jornal do Commercio*, 9 de outubro de 1854). É provável que as pressões da mãe em levar consigo o filho e o interesse da família proprietária na sobrevivência do bebê tivessem motivado os senhores a anunciar esta mulher como ama de leite por um preço baixo, visto que ela levava consigo a criança. Os anúncios indicam as diferentes ocupações a que estas mulheres se entregaram, como lavadeira, cozinheira, engomadeira, comerciante de rua e ama de leite, e apontam também para as implicações das demandas de trabalho com respeito às práticas de amamentação e desmame de seus bebês, que foram atravessadas pelos interesses e restrições impostos pelos proprietários.

Se muitas mulheres puderam amamentar e manter a proximidade com seus bebês e crianças quando serviam a seus senhores, muitas dentre elas, quando deram à luz seus bebês, estiveram especialmente vulneráveis a terem que se deslocar para o interior das casas das famílias locatárias, sem seus filhos. Apesar dos discursos médicos que acirravam suas críticas à amamentação das crianças brancas por mulheres negras e escravizadas, consideradas transmissoras de inúmeras doenças físicas e morais, as mulheres brancas, desde as remediadas até as abastadas, continuaram aferradas à prática de delegar às mulheres escravizadas o aleitamento de seus bebês (CARNEIRO, 2006; MARTINS, 2006; TELLES, 2018)<sup>1</sup>. No Rio de Janeiro, durante os últimos meses da gravidez ou logo após o parto<sup>2</sup>, quando uma mãe pertencente às camadas livres remediadas, médias e abastadas necessitava dos serviços de uma ama de leite, desprovida de uma escrava nutriz em meio a suas próprias cativas e na falta de indicações de vizinhos e conhecidos, era comum que recorresse aos numerosos anúncios nos periódicos locais, que divulgaram o mercado de compra, venda e aluguel de escravas para a prestação de serviços domésticos, dentre os quais o aleitamento das crianças brancas. Assim, com a diminuição do número de cativas depois do fim do tráfico, foi muito comum que mulheres

---

<sup>1</sup> As diferentes interpretações construídas pelos médicos acerca das amas cativas enquanto mães de seus próprios bebês estiveram, ao longo do século, invariavelmente comprometidas com a defesa do aleitamento materno entre as mulheres livres abastadas através de um discurso de repúdio às mães escravizadas, africanas e descendentes, consideradas impróprias para o aleitamento dos bebês brancos.

<sup>2</sup> Anúncios de jornais indicaram a existência de um mercado de venda, compra e aluguel de escravas grávidas, sobre quem repousava a expectativa de uma futura ama de leite. Conferir TELLES, 2018, capítulo 2.

que dessem à luz fossem alugadas como amas de leite, prática que se disseminou na cidade do Rio de Janeiro ao longo da segunda metade do século, atravessando a década de 1870 e chegando às portas da Abolição (SOARES, 2007; MARTINS, 2006).

Assim, no mundo urbano, os destinos dos bebês e crianças negras bem como o de suas mães escravizadas confrontaram-se com os interesses senhoriais no que se tornou um cruel mercado de aluguel de escravizadas como amas de leite e trabalhadoras domésticas, sobretudo a partir da década de 1860. Os altos preços que atingiam os alugueis das mães a partir da década de 1860 conjugados ao desinteresse dos senhores com relação aos bebês que eles não poderiam futuramente escravizar depois de 1871 levou os senhores a abandoná-los nas escadarias de igrejas, ruas, praias e, sobretudo, na Roda dos Expostos, instituição fundada pela Igreja Católica com a finalidade de acolher sobretudo crianças nascidas fora do casamento legítimo e de famílias muito pobres (VENÂNCIO, 1999). Assim, a economia urbana escravista do Rio de Janeiro incidiu para os efeitos da lei de 1871, na medida em que o aluguel das escravizadas como amas de leite apresentou-se como alternativa rentável ao aproveitamento do trabalho das ingênuas e ingênuos como expresso na lei (LAGE & VENANCIO, 1991).

Mães africanas e crioulas dificilmente escaparam de servir como amas de leite depois do nascimento de um de seus filhos. Porém, muitas escaparam desta ocupação que colocava em risco a vida de seus filhos, aliando a prestação direta de serviços domésticos a seus senhores, as formas urbanas de ganho e aluguel aos cuidados possíveis a seus filhos sobre os quais recaíam os interesses dos pequenos proprietários, sobretudo até 1871. Mulheres escravizadas também foram inseridas no mercado de aluguel para outros serviços domésticos, envolvendo lavagem e engomado de roupas, limpeza da casa, compra, processamento e preparo de alimentos, dentre outras funções. Foi comum que as famílias locatárias pagassem mais caro por mulheres alugadas para outros serviços domésticos, sem seus bebês e filhos pequenos. Assim, dia 7 de janeiro de 1880, o *Jornal do Commercio* publicou anúncios envolvendo 51 mulheres escravizadas para serviços domésticos, sem menção aos filhos, como “*uma preta que lava, engoma e cozinha*” foi colocada ao aluguel por 35 mil réis.

Muitas das mulheres alugadas para serviços domésticos deixaram nas casas senhoriais suas crianças, cuja presença era evitada pelas famílias locatárias que visavam explorar os serviços exclusivos das mulheres cativas. No entanto, houve aquelas que evitaram serem alugadas como amas de leite e destituídas dos filhos. As características que acompanhavam os anúncios de aluguel são indicativos das jornadas pesadas de trabalho destas mulheres, de quem era exigido o desempenho de todos os serviços domésticos: Aluga-se uma preta, escrava, que lava, engoma, cozinha e faz todo o serviço: leva uma filha com 16 meses (*Jornal do Commercio*, 7 de janeiro de 1880).

A prevalência dos interesses escravistas sobre os serviços e os alugueis, e o relativo interesse senhorial sobre os bebês e crianças pequenas - tanto cativas, libertas e ingênuas- fizeram da amamentação e das práticas de maternidade para as africanas e crioulas uma arena de disputas, onde esteve em jogo a sobrevivência de suas filhas e filhos. Elas viveram cotidianamente as tensões entre o papel de mãe e trabalhadora escravizada, que poderia ser alugada e vendida, assim como seus filhos. Inseridas no mundo social doméstico do convívio próximo com senhores, familiares, locatários, a incorporação forçada da escravizada nutriz como ama de leite no seio das famílias senhoriais e locatárias interpôs diversos entraves e dificuldades quanto ao exercício da maternidade em relação a suas próprias filhas e filhos.

Os desafios com os quais se depararam foram agravados ou contornados, em diferentes contextos, a depender dos interesses dos proprietários na futura escravização e na tutela das crianças crioulas e ingênuas. Elas se confrontaram com um cotidiano adverso, no qual proveram os cuidados possíveis a seus bebês e crianças pequenas, deparando-se com o afastamento temporário ou irreversível de seus bebês diante da crueldade de um mercado de aluguel e das políticas senhoriais que priorizaram a exploração de seu trabalho.

#### Referências

ABREU, Martha. “Slave Mothers and Free Children: Emancipation and Female Space in Debates on the ‘Free Womb’ Law, Rio de Janeiro, 1871”. **Journal of Latin American Studies**, vol. 28, n. 3, p. 567-580, 1996.

ARAÚJO, Carlos Eduardo et al. **Cidades negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

CARNEIRO, Maria Elizabeth. **Procura-se uma “Preta com muito bom leite, prendada e carinhosa”**: uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca, 1850-1888. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CONRAD, Robert Edgar. **Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COWLING, Camillia. **Conceiving Freedom**: Women of Color, Gender and the Abolition of Slavery in Havana and Rio de Janeiro. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 2013.

FRANK, Zephyr L. *Dutra's World: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro*, Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e patrões no Rio de Janeiro (1860-1910). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LAGE, Lana & VENÂNCIO, Renato P. “O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro.” In: PRIORE, Mary del (org.) *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

MARTINS, Barbara C. R. **Amas de leite e mercado de trabalho feminino**: descortinando práticas e sujeitos (Rio de Janeiro, 1830-1890). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MACHADO, Maria Helena P. T. “Entre Dois Beneditos: Histórias de amas de leite no Ocaso da Escravidão”. In: Giovana Xavier; Juliana Barreto de Farias; Flávio Gomes. (Org.). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2012.

MARTINS, Luiz C.M. **No seio do debate** – amas de leite, civilização e saber médico no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Martha. ‘Slave Mothers,’ Partus Sequitur Ventrem, and the Naturalization of Slave Reproduction in Nineteenth-Century Brazil. **Revista Tempo-História**, 22(41), 2016.

SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj- 7Letras, 2007.

SOARES, Carlos E. L.; GOMES, Flávio S; FARIAS, Juliana. **No labirinto das nações- Africanos e identidades no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SOUZA, Flávia. **Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_ “Escravas do lar: mulheres negras e o trabalho doméstico na corte imperial”. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 244-260.

TELLES, Lorena F. S. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas– Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX**. Campinas/SP: Papirus Editora, 1999.

\_\_\_\_\_ “Maternidade negada”. In PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.